

## PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

### Decreto do Presidente da República n.º 31/2003

de 17 de Maio

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea a), da Constituição, o seguinte:

É nomeado, sob proposta do Governo, o ministro plenipotenciário de 1.ª classe José Manuel Santos Braga para o cargo de embaixador de Portugal em Jacarta.

Assinado em 2 de Abril de 2003.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 10 de Abril de 2003.

O Primeiro-Ministro, *José Manuel Durão Barroso*. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, *António Manuel de Mendonça Martins da Cruz*.

## MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

### Decreto n.º 23/2003

de 17 de Maio

Considerando as boas relações entre a República Portuguesa e a República da Bulgária;

Considerando o interesse de ambas as Partes em prevenir o trabalho irregular de estrangeiros;

Considerando primordial desenvolver a cooperação por forma a garantir uma boa aplicação das disposições internacionais sobre trabalho de estrangeiros:

Assim:

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 197.º da Constituição, o Governo aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República da Bulgária sobre Contratação Recíproca dos Respective Nacionais, assinado em Sófia em 26 de Setembro de 2002, cujas cópias autenticadas nas línguas portuguesa e búlgara são publicadas em anexo.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 3 de Abril de 2003. — *José Manuel Durão Barroso* — *António Manuel de Mendonça Martins da Cruz* — *António Jorge de Figueiredo Lopes* — *António José de Castro Bagão Félix*.

Assinado em 2 de Maio de 2003.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 6 de Maio de 2003.

O Primeiro-Ministro, *José Manuel Durão Barroso*.

### ACORDO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E A REPÚBLICA DA BULGÁRIA SOBRE CONTRATAÇÃO RECÍPROCA DOS RESPECTIVOS NACIONAIS.

A República Portuguesa e a República da Bulgária, adiante designadas como Partes Contratantes, dese-

jando iniciar e estimular o desenvolvimento das relações entre os dois Estados na área do emprego, obedecendo a princípios de cooperação e de mútuo interesse, acordam o seguinte:

#### Artigo 1.º

##### Âmbito de aplicação

1 — O presente Acordo aplica-se a cidadãos nacionais da República Portuguesa e da República da Bulgária, com residência permanente no território do seu Estado, designado por Estado de origem, que se deslocam, por períodos limitados de tempo, para o outro Estado, designado por Estado receptor, a fim de, mediante contratos de trabalho validados pelos serviços competentes do Estado receptor, aí desenvolverem uma actividade profissional como trabalhadores por conta de outrem.

2 — Os nacionais de ambos os Estados poderão ser contratados para todas as profissões cujo exercício não seja ou não esteja, permanente ou temporariamente, condicionado a estrangeiros, nos termos da legislação e normas em vigor no Estado receptor.

#### Artigo 2.º

##### Legislação aplicável

A entrada, a permanência e o emprego de cidadãos nacionais da República Portuguesa e da República da Bulgária, ao abrigo do presente Acordo, serão regulados pelas normas em vigor no Estado receptor.

#### Artigo 3.º

##### Autoridades competentes

1 — Os organismos das Partes Contratantes que se responsabilizam pelo cumprimento do Acordo são:

Na República Portuguesa, o Ministério da Segurança Social e do Trabalho;

Na República da Bulgária, o Ministério do Trabalho e da Política Social.

2 — Nos termos do Protocolo anexo, que é parte integrante do presente Acordo, as Partes Contratantes designam como entidades competentes para a implementação do presente Acordo, doravante designadas como organismo nacional competente:

O Instituto do Emprego e Formação Profissional da República Portuguesa;

A Agência de Emprego da República da Bulgária.

#### Artigo 4.º

##### Cooperação entre autoridades nacionais

Os organismos nacionais competentes trocarão entre si informação sobre as oportunidades de trabalho e os sectores de actividade em que as mesmas existam, as disponibilidades de mão-de-obra e a definição de critérios comuns no que respeita à classificação das actividades profissionais e o respectivo conteúdo funcional.

#### Artigo 5.º

##### Condições de entrada

Aos cidadãos contratados ao abrigo do presente Acordo serão emitidos vistos de trabalho e ou auto-

rizações de trabalho em conformidade com a legislação nacional em vigor no Estado em cujo território será exercida a actividade profissional.

#### Artigo 6.º

##### Agregado familiar

Os trabalhadores contratados poderão fazer-se acompanhar de elementos do seu agregado familiar, nos termos da legislação em vigor no Estado receptor.

#### Artigo 7.º

##### Condições gerais de trabalho

1 — Os trabalhadores contratados gozarão no Estado receptor dos mesmos direitos e obrigações laborais em vigor para os trabalhadores nacionais e gozarão da mesma protecção no que concerne à aplicação das leis relativas à saúde, higiene e segurança no trabalho.

2 — Os cidadãos estrangeiros gozarão, no Estado receptor, da mesma protecção jurídica proporcionada aos seus cidadãos em matéria de direitos pessoais e de propriedade.

#### Artigo 8.º

##### Segurança social

As Partes Contratantes comprometem-se a celebrar um acordo de cooperação em matéria de segurança social. Até à sua entrada em vigor, a segurança social rege-se-á pelas disposições da legislação de cada Parte Contratante.

#### Artigo 9.º

##### Legislação aplicável sobre transferência de bens e divisas

1 — Os nacionais contratados ao abrigo do presente Acordo poderão transferir a remuneração auferida para o Estado de origem em moeda livremente convertível, de acordo com a legislação em vigor no Estado receptor.

2 — A importação e a exportação de bens pessoais por parte do trabalhador serão efectuadas em conformidade com a legislação em vigor no Estado receptor.

#### Artigo 10.º

##### Intercâmbio de informações

1 — Os organismos nacionais competentes trocarão entre si informação sobre a legislação nacional em vigor respeitante às relações de direito laboral, assim como à entrada, permanência e contratação de estrangeiros.

2 — Em caso de necessidade ou por requerimento de um dos organismos referidos no n.º 1 do artigo 3.º, será constituído um grupo de trabalho misto para a deliberação e a solução de problemas provenientes da aplicação do Acordo.

#### Artigo 11.º

##### Execução do Acordo

Os procedimentos relativos à execução do presente Acordo no que respeita aos processos de recrutamento e selecção dos trabalhadores constam do Protocolo anexo ao presente Acordo, que deste faz parte integrante.

#### Artigo 12.º

##### Entrada em vigor e revisão do Acordo

1 — O presente Acordo entra em vigor no 10.º dia após a data de recepção da última nota verbal pela qual uma das Partes Contratantes informa a outra do cumprimento das formalidades exigidas pela respectiva ordem jurídica interna.

2 — O presente Acordo poderá ser alterado por mútuo consentimento das Partes Contratantes. As alterações entrarão em vigor de acordo com os procedimentos consignados no n.º 1 deste artigo.

#### Artigo 13.º

##### Duração e termo do Acordo

1 — O presente Acordo é celebrado pelo período de cinco anos, sendo automaticamente prorrogado por períodos sucessivos de um ano se nenhuma das Partes Contratantes tiver informado a outra, por escrito e pela via diplomática, da intenção de o denunciar, com a antecedência mínima de seis meses sobre o termo do referido período.

2 — No caso de denúncia do presente Acordo, os direitos adquiridos durante a sua vigência não serão afectados.

Assinado em Sófia no dia 26 do mês de Setembro de 2002, em dois originais, nas línguas portuguesa e búlgara, ambos os textos fazendo igualmente fé.

Pela República Portuguesa:



Pela República da Bulgária:



#### PROTOCOLO ANEXO AO ACORDO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E A REPÚBLICA DA BULGÁRIA SOBRE CONTRATAÇÃO RECÍPROCA DOS RESPECTIVOS NACIONAIS.

#### Artigo I

##### Entidades responsáveis

1 — As entidades definidas no n.º 2 do artigo 3.º do Acordo são responsáveis pela realização do recrutamento e da selecção dos trabalhadores.

2 — Podem ser autorizadas a colaborar na realização do recrutamento e na selecção dos trabalhadores outras entidades que disponham de estatuto adequado e de acordo com a legislação nacional em vigor no território da Parte Contratante.

#### Artigo II

##### Processo de selecção

1 — As entidades empregadoras interessadas em contratar trabalhadores nos termos do presente Acordo comunicarão o seu interesse ao organismo nacional competente mediante a apresentação de uma oferta de emprego e respectiva proposta de contrato de trabalho.

O organismo nacional competente da República Portuguesa, após obtenção do parecer da Inspeção-Geral do Trabalho, enviará a oferta de emprego e a proposta de contrato de trabalho, assinada pelo empregador, em dois exemplares, à Embaixada de Portugal na Bulgária, que remeterá as ofertas de emprego ao organismo nacional competente da República da Bulgária.

O organismo nacional competente da República da Bulgária enviará a oferta de emprego e dois exemplares da proposta de contrato de trabalho assinada pelo empregador ao organismo nacional competente da República Portuguesa.

2 — As propostas de contrato de trabalho devem respeitar as condições previstas na regulamentação do trabalho de estrangeiros no território do Estado receptor.

3 — As ofertas de emprego devem conter a seguinte informação:

- a) O perfil profissional dos postos de trabalho;
- b) As qualificações profissionais exigidas aos trabalhadores;
- c) A experiência profissional requerida;
- d) As condições de trabalho, designadamente o horário de trabalho e a remuneração;
- e) Os benefícios sociais a que os trabalhadores tenham direito;
- f) A responsabilidade pelo pagamento da viagem entre o Estado de origem e o Estado receptor.

4 — A entidade empregadora deve ainda apresentar um termo de responsabilidade especificando o tipo, o regime e a localização do alojamento.

### Artigo III

#### Condições de recrutamento

1 — Os organismos nacionais competentes procedem ao recrutamento e selecção dos candidatos de acordo com as exigências referidas nas ofertas de emprego e, bem assim, no n.º 2 do presente artigo.

2 — O candidato deve reunir os seguintes requisitos, devidamente comprovados com documentos do Estado de origem:

- a) Ter idade mínima de 18 anos;
- b) Corresponder ao perfil profissional exigido para o trabalho a desempenhar;
- c) Não ter sido punido com pena de prisão pela prática de ilícito criminal;
- d) Possuir exame médico de robustez física, que deverá conter as indicações a acordar entre as entidades referidas no artigo 3.º do Acordo.

3 — O candidato não deve estar interdito de entrar no Estado receptor nem estar indicado na lista comum de pessoas não admissíveis do Sistema de Informação Schengen.

### Artigo IV

#### Processo de recrutamento

1 — O organismo nacional competente da República da Bulgária, depois de notificados os cidadãos seleccionados, envia a lista nominativa dos candidatos, bem

como os respectivos documentos, à Embaixada de Portugal na República da Bulgária, que enviará aquela lista ao organismo nacional competente da República Portuguesa, a fim de este confirmar, junto da entidade empregadora, o interesse na contratação do trabalhador e obter o parecer prévio do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Depois de obtidos a confirmação e o parecer referidos no parágrafo anterior, a Embaixada de Portugal na República da Bulgária informa o organismo nacional competente da República da Bulgária para que este notifique os candidatos a fim de se dirigirem à Embaixada de Portugal, a qual promoverá a assinatura das propostas de contrato de trabalho pelos trabalhadores e emitirá os vistos de trabalho de acordo com a legislação do seu país.

A Embaixada de Portugal envia ao organismo nacional competente da República da Bulgária a lista nominativa dos cidadãos búlgaros que assinaram contratos de trabalho e aos quais foram emitidos os respectivos vistos.

2 — O organismo nacional competente da República Portuguesa envia ao organismo nacional competente da República da Bulgária a lista nominativa dos candidatos seleccionados, anexando os certificados de habilitação e ou qualificação, autenticados e traduzidos em búlgaro.

Depois de o organismo nacional competente da República da Bulgária confirmar o interesse do empregador búlgaro na contratação do candidato, o organismo nacional competente da República Portuguesa promove a assinatura do contrato de trabalho pelo trabalhador, enviando um exemplar original do contrato assinado pelas partes ao organismo nacional competente da República da Bulgária.

O organismo nacional competente da República da Bulgária emite uma autorização de trabalho, de acordo com a legislação nacional em vigor, que permite a obtenção de visto e de uma autorização de permanência na Bulgária.

A autorização de trabalho será entregue ao empregador que a envia ao trabalhador em Portugal.

A Embaixada da República da Bulgária na República Portuguesa emite o visto a requerimento do trabalhador, de acordo com a legislação búlgara em vigor.

3 — O trabalhador receberá um guia contendo informação geral sobre as condições de vida e de trabalho no Estado receptor.

### Artigo V

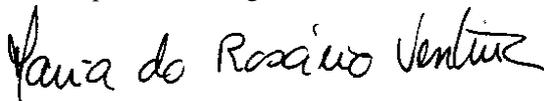
#### Deveres da entidade empregadora

1 — Na República Portuguesa, após a apresentação do trabalhador, a entidade empregadora deve promover o depósito do contrato nos termos da lei.

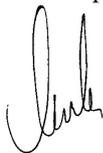
2 — Incumbe à entidade empregadora assumir os encargos com a estada no território do Estado receptor, bem como do regresso ao Estado de origem, dos trabalhadores que, por razões imputáveis àquela entidade, não venham a ocupar o posto de trabalho para o qual foram contratados.

Assinado em Sófia no dia 26 do mês de Setembro de 2002, em dois originais, nas línguas portuguesa e búlgara, ambos os textos fazendo igualmente fé.

Pela República Portuguesa:



Pela República da Bulgária:



### СПОГОДБА

МЕЖДУ ПОРТУГАЛСКАТА РЕПУБЛИКА И РЕПУБЛИКА БЪЛГАРИЯ ЗА

ВЗАИМНО НАЕМАНЕ НА РАБОТА НА ТЕХНИТЕ ГРАЖДАНИ

Португалската република и Република България, наричани по-нататък "Договарящи се страни",

желаейки да развият и укрепват връзките между двете държави в областта на заетостта, основавайки се на принципите на сътрудничество и взаимен интерес,

се споразумява за следното:

#### Член 1

Сфера на прилагане

1. Тази Спогодба се прилага за граждани на Португалската република и на Република България, постоянно живеещи на територията на своята държава, наричана по-нататък "изпращаща държава", които заминават за другата държава, наричана по-нататък "приемаща държава", за определен период от време да упражняват там професионална дейност като наемни работници чрез предварително сключени и надлежно регистрирани в компетентните служби в приемащата държава трудови договори.
2. Гражданите на двете държави могат да бъдат наемани на работа по всички професии, чието практикуване не е ограничено (временен или постоянен) за чужденци според действащата нормативна уредба на приемащата държава.

#### Член 2

Приложимо законодателство

Влизането, пребиваването и заетостта на граждани на Португалската република и на Република България в рамките на тази Спогодба се регламентират от действащата нормативна уредба в приемащата държава.

#### Член 3

Компетентни органи

1. Органи на Договарящите се страни, които отговарят за изпълнението на тази Спогодба са:
  - в Португалската република – Министерство на труда и солидарността;
  - в Република България – Министерство на труда и социалната политика.
2. Съгласно приложения Протокол, който е неразделна част от тази Спогодба, Договарящите се страни определят за нейното изпълнение следните институции, наричани по-нататък "компетентен национален орган":
  - Института по заетостта и професионалната подготовка на Португалската република;
  - Агенцията по заетостта на Република България.

#### Член 4

Сътрудничество между националните органи

Компетентните органи обменят информация за възможностите за работа и секторите на дейност, където такива съществуват, наличието на работна ръка и определянето на общи критерии за квалифицирането на професионалните дейности и съответното им функционално съдържание.

#### Член 5

Условия за влизане

На гражданите, наети в рамките на тази Спогодба, се издават работни визи и/или разрешения за работа съгласно действащата нормативна уредба на държавата, на чиято територия ще се упражнява професионалната дейност.

#### Член 6

Членове на семейството

Наетите работници могат да бъдат придружавани от членове на техните семейства съгласно действащата в приемащата държава нормативна уредба.

#### Член 7

Общи условия на труд

1. В приемащата държава наетите работници се ползват със същите трудови права и задължения, които са в сила за местните работници, както и от еднаква защита при прилагане на законите за здраве и безопасност при работа.
2. В приемащата държава чуждестранните граждани се ползват от същата правна защита, която се осигурява на местните граждани по въпросите, свързани с личните права и правата на собственост.

#### Член 8

Социално осигуряване

Договарящите се страни се споразумяват да подпишат Договор за сътрудничество в областта на социалното осигуряване. До неговото влизане в сила социалното осигуряване ще се регламентира от съответната нормативна уредба на всяка една от държавите.

#### Член 9

Приложимо законодателство за прехвърлянето на имущество и пари

1. Гражданите, наети въз основа на тази Спогодба, имат право да превеждат трудовото си възнаграждение в изпращащата държава в свободно конвертируема валута съгласно действащата в приемащата държава нормативна уредба.
2. Вносът и износът на лично имущество от страна на работника се извършват съгласно нормативната уредба на приемащата държава.

#### Член 10

Обмен на информация

1. Компетентните национални органи обменят информация за националната действаща нормативна уредба, регламентираща трудово-правните отношения, както и влизането, пребиваването и наемането на работа на чужденци.
2. В случай на необходимост или по настояване на един от органите по чл. 3, т. 1 се създава смесена работна група за обсъждане и решаване на произтичащи от прилагането на тази Спогодба проблеми.

#### Член 11

Изпълнение на Спогодбата

Процедурите, свързани с изпълнението на тази Спогодба по процесите на набиране и подбор на работници, са описани в приложения към Спогодбата Протокол, който е неразделна част от нея.

#### Член 12

Влизане в сила и изменение на Спогодбата

1. Тази Спогодба влиза в сила на десетия ден след датата на получаване на последната вербална нота, с която едната от Договарящите се страни уведомява другата за изпълнението на формалностите, изисквани от съответното вътрешно законодателство.
2. Тази Спогодба може да бъде променяна по взаимно съгласие на Договарящите се страни. Промените влизат в сила съгласно процедурата, установена в точка 1 на този член.

#### Член 13

Времетраене и прекратяване на Спогодбата

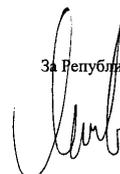
1. Тази Спогодба се сключва за срок от пет години, като действието ѝ се подновява автоматично за нови периоди от по една година, ако нито една от Договарящите се страни не уведоми писмено и по дипломатически път другата за намерението си да я прекрати най-късно шест месеца преди изтичането на съответния срок.
2. В случай на прекратяване действието на Спогодбата, правата, придобити по време на нейното действие, не се накръпват.

Подписана в *София* на *16 септември* 2002 година в два оригинални екземпляра, всеки от които на португалски и български език, като и двата текста имат еднаква юридическа сила.

За Португалската република:



За Република България:



**ДОПЪЛНИТЕЛЕН ПРОТОКОЛ КЪМ СПОГОДБАТА МЕЖДУ  
ПОРТУГАЛСКАТА РЕПУБЛИКА И РЕПУБЛИКА БЪЛГАРИЯ ЗА ВЗАИМНО  
НАЕМАНЕ НА РАБОТА НА ТЕХНИТЕ ГРАЖДАНИ**

**Член I**  
Отговорни органи

1. Институциите съгласно член 3, т. 2 на Спогодбата отговарят за осъществяване на набирването и подбора на работниците.
2. При извършване на набирването и подбора на работници могат да бъдат упълномощавани и други институции, които имат съответния статут и съгласно действащата нормативна уредба на съответната държава.

**Член II**  
Процес на подбор

1. Работодателите, желаещи да наемат работници в рамките на тази Спогодба, съобщават за своя интерес на своя компетентен национален орган, представяйки предложение за работа и съответния проект на трудов договор.

След получаването на становище от Главната инспекция по труда, компетентният национален орган на Португалската република изпраща предложението за работа и подписания от работодателя проект на трудов договор в два екземпляра до Посолството на Португалската република в Република България, което препраща предложението за работа на компетентния национален орган на Република България.

Компетентният национален орган на Република България изпраща предложението за работа и два екземпляра на подписания от работодателя трудов договор на компетентния национален орган на Португалската република.

2. В проектите на трудови договори трябва да са спазени предвидените условия, регламентиращи работата на чужденци на територията на приемащата държава.
3. Предложенията за работа трябва да съдържат следната информация:
  - a) професионалния профил на работните места;
  - b) изискваната професионална квалификация на работниците;
  - v) необходимия професионален опит;
  - г) заплащане и работно време;
  - д) социалните придобивки, на които работниците имат право;
  - e) отговорността за заплащане на пътуването между изпращащата държава и държавата, където ще се упражнява професионалната дейност.
4. Работодателят трябва да представи и декларация, в която да посочи вида, адреса и условията на жилищното настаняване.

**Член III**  
Условия за набиране

1. Компетентните национални органи извършват набирването и подбора на кандидатите в съответствие с изискванията, съдържащи се в предложението за работа, както и по т. 2 на този член.
2. Кандидатът трябва да отговаря на следните изисквания, съответно доказани с документи в изпращащата държава:
  - a) да е на възраст над 18 години;
  - b) да отговаря на професионалния профил, изискван за работата, която ще изпълнява;
  - v) да не е осъден на лишаване от свобода поради извършване на инкриминирано деяние;
  - г) да има медицинско свидетелство за добро здравословно състояние, което да съдържа данни, които се договарят от посочените в член 3 на Спогодбата органи.
3. Кандидатът не трябва да има забрана за влизане в приемащата държава, нито да е включен в общия списък на недопусканите лица на Информационната система Шенген.

**Член IV**  
Процес на набиране

1. Компетентният национален орган на Република България, след като уведоми избраните кандидати изпраща поименен списък на кандидатите, както и съответните документи на Посолството на Португалската република в Република България, което изпраща този списък на компетентния национален орган на Португалската република, за да може той да потвърди пред работодателя интереса за наемане на работника и да получи предварителното становище на Службата за чужденци и граници.

След като получи потвърдението и становището, упоменати в предходния абзац, Посолството на Португалската република в Република България информира компетентния национален орган на Република България, за да уведоми кандидатите, че трябва да се обърнат към португалското посолство, което придвижва подписването на проектите на трудови договори от страна на работниците и издава работни визи в съответствие със законодателството на своята държава.

Посолството на Португалската република в Република България изпраща на компетентния национален орган на Република България поименен списък на българските граждани с подписани трудови договори и издадени работни визи.

2. Компетентният национален орган на Португалската република изпраща на компетентния национален орган на Република България поименен списък на

подбраните кандидати с приложени документи за образование и/или квалификация, легализирани и преведени на български език. След получаване от компетентния национален орган на Република България на потвърждение за интереса на българския работодател да наеме кандидат, компетентният национален орган на Португалската република предприема подписване на трудовия договор от страна на работника, като изпраща един оригинален екземпляр на подписания от страните договор на компетентния национален орган на Република България. Компетентният национален орган на Република България издава разрешение за работа съгласно действащата национална нормативна уредба, което е основание за получаване на виза и разрешение за пребиваване в страната. Разрешението за работа се предава на работодателя, който го препраща на работника в Португалия. Посолството на Република България в Португалската република издава виза по молба на работника съобразно действащата българска нормативна уредба.

3. Работникът получава справочник, съдържащ обща информация за условията на живот и работа на територията на приемащата държава.

**Член V**  
Задължения на работодателя

1. В Португалската република след представянето на работника работодателят следва да депозира трудовия договор съгласно закона.

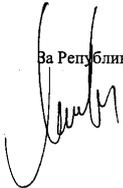
2. Работодателят поема разходите, свързани с пребиваването на територията на приемащата държава, както и с връщането в изпращащата държава на онези работници, които по причини, зависещи от работодателя, не заемат работното място, за което са били наети.

Подписан в *Собора* на *26 септември* 2002 година в два оригинални екземпляра, всеки от които на португалски и български език, като и двата текста имат еднаква юридическа сила.

За Португалската република:

*Nave de Rosário Ventura*

За Република България:



**Decreto n.º 24/2003**

de 17 de Maio

Considerando o desejo de intensificar a cooperação económica entre Portugal e a Ucrânia;

Desejando criar condições favoráveis aos investidores de ambos os Estados para que, no desempenho das suas actividades económicas, se estabeleçam no outro Estado com benefícios mútuos;

Reconhecendo o interesse deste processo no desenvolvimento da iniciativa privada:

Assim:

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 197.º da Constituição, o Governo aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a Ucrânia sobre a Promoção e a Protecção Recíprocas de Investimentos e respectivo Protocolo, assinados em Lisboa em 25 de Outubro de 2000, cujo texto, nas versões autenticadas nas línguas portuguesa, ucraniana e inglesa, é publicado em anexo ao presente decreto.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 19 de Março de 2003. — *José Manuel Durão Barroso* — *António Manuel de Mendonça Martins da Cruz* — *Carlos Manuel Tavares da Silva*.

Assinado em 2 de Maio de 2003.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 6 de Maio de 2003.

O Primeiro-Ministro, *José Manuel Durão Barroso*.